COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF)

Parecer: 42/2026

Projeto de Lei: 42 de 23 de outubro de 2026

Autor: Executivo Municipal

Matéria: Crédito Especial

Relator: Lucimara da Silva **Conclusão:** Favorável

Ementa: Autoriza a abertura de crédito especial no valor de R$ 471.127,77 (quatrocentos e setenta e um mil reais e cento e vinte e sete reais e setenta e sete centavos).
.

Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 42/2026, de iniciativa do Poder Executivo Municipal de Terra de Areia, que objetiva autorizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 471.127,77, destinado à execução de despesas vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Obras, compreendendo recursos para serviços de saúde, transporte sanitário e convênio de pavimentação.

A matéria foi submetida à análise do IGAM, por meio da Orientação Técnica nº 18.627/2026, que reconheceu a

possibilidade jurídica da abertura do crédito, apontando a necessidade de complementação documental e adequação da identificação das fontes de cobertura orçamentária.

É o relatório.

Parecer

Em observância ao proposto PL, verifica-se que este atende aos princípios contidos na Magna Carta no tocante à legalidade, eficiência e moralidade, respeitando aos recursos públicos e a previsão orçamentária, estando em consonância com o disposto no Art. 165 e incisos da CF, além de explicita concordância ao emanado na Lei Complementar 101/2000.

Quanto aos princípios orçamentários previstos na Lei Orgânica a autonomia do Município se expressa pela aplicação de suas receitas, podendo o mesmo elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando as despesas, com bases em planejamento adequado, sendo que as despesas com servidores ativos e inativos não deverá exceder os limites estabelecidos na LDO, LOA e Plano Plurianual.

Nunca é demais referir que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de declaração do ordenador da despesa de que

o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, o que, denota-se, no presente PL fora devidamente observado em consonância com o previsto na LC 101/2000.

Como dito, o ato administrativo apresentado pelo executivo é compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, conformando-se com os objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos, não infringindo qualquer de suas disposições, vindo acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, em estrito compasso com a orientação encampada nos artigos 16, 17 e 18 da LRF.

Doravante, o Poder Executivo está respeitando assertivamente os emanados princípios financeiro-orçamentários, do qual o presente PL no tocante ao regime Fiscal encontra-se plenamente proposto, incumbindo a esta casa legislativa por meio de sua comissão se pronunciar favoravelmente à matéria apreciada (art. 81, I, “d”, e II; art. 95, § único, I, do RI).

Conclusão do Voto

Diante dos fundamentos retro expostos, esta relatoria, após debate realizado na Comissão, disponibiliza o presente voto favorável à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2026.

Vereador Presidente

Vereador Relator

A favor:

Contra: